

### I.3.5 Desenvolvimento Regional

Para a elaboração deste item, os dados aqui apresentados foram compilados de SEADE (1999)

#### I.3.5.1. Aspectos regionais e suas implicações no desenvolvimento

A UGRHI-22 apresenta sérios problemas de desenvolvimento, que se não forem resolvidos, podem ser elementos de empecilho ao seu desenvolvimento regional.

A organização do espaço regional da UGRHI-22 está apoiada principalmente em sua rede urbana responsável pela distribuição de bens e serviços. Esta organização configura um sistema de recente ocupação ainda em processo de consolidação, expresso nas incipientes interações entre os centros urbanos que a compõe e na frágil estruturação dos níveis hierárquicos das cidades. Sendo assim, evidencia-se vários desequilíbrios entre as cidades, enunciados principalmente, em situações diferenciadas da distribuição espacial da população urbana e taxas de urbanização, tendo, atualmente, o sistema rodoviário como o principal elemento estruturador e balizador do porte dos municípios.

Inicialmente, o desenvolvimento da rede urbana regional vinculou-se ao avanço da urbanização no município de Presidente Prudente e à implementação do sistema ferroviário na região. A consolidação do sistema rodoviário principal, com a implantação da SP - 270, além de promover articulação inter e intra-regional, foi responsável pela polarização exercida pela cidade prudentina na região, influenciando inclusive as porções mais distantes do sudoeste do Estado e alguns estados vizinhos.

As relações socio-econômicas das cidades menores com o pólo principal (Presidente Prudente) estão relacionadas diretamente a demandas de empregos no setor secundário e terciário, dos serviços urbanos mais complexos, comércio diversificado, assim como, equipamentos de saúde e educação. Tais fatores geram efeitos retroalimentadores do pólo principal em detrimento dos pólos menores. Por um lado, essa intensa polarização impõe a Presidente Prudente ritmos de crescimento demográfico e urbanização diferenciada do conjunto da UGRHI-22, além de demandas sociais desproporcionais a sua capacidade de atendimento local. Percebem-se desequilíbrios de desenvolvimento entre Presidente Prudente e as cidades da região.

Além disso, o insuficiente dinamismo das atividades urbanas, principalmente dos municípios menores, impresso na incapacidade de absorção de mão-de-obra proveniente do campo, acarreta níveis de desemprego e subemprego.

As grandes distâncias a ser percorridas entre os diversos municípios, principalmente na parte centro-sul da região e a falta de oportunidade de desenvolvimento profissional são outros problemas que a região vem enfrentando. O mercado de trabalho para a população adulta é restrito, tendo em vista, o predomínio da atividade pecuarista que origina um grande número de desempregados na área rural, acabando por expulsar parte da população total dos municípios pequenos, que migra para áreas com maiores oportunidades de trabalho.

Após uma análise mais atenta da estruturação regional, além da hegemonia de Presidente Prudente, percebe-se uma hierarquização de alguns subpólos em relação aos demais municípios.

Ao longo do eixo principal, a rodovia Raposo Tavares, Presidente Venceslau caracteriza-se como pólo de 2.º escalão, por oferecer algumas atividades terciária e equipamentos de educação. Entretanto, esta situação está em vias de se alterar, uma vez que se percebeu um esvaziamento populacional nos últimos anos em função do encerramento de importantes empresas nesse município.

Presidente Eptácio constitui-se em um pólo de 3.º escalão com perspectivas de evolução, pois abriga um terminal intermodal de cargas em vias de modernização. Caiuá e Marabá Paulista, na área de influência de Venceslau e Eptácio, constituem-se em centros locais.

Ainda na rodovia Raposo Tavares encontra-se Santo Anastácio e Regente Feijó, centros de 3.º escalão e cinco centros locais, Piquerobi, Presidente Bernardes, Santo Expedito, Alfredo Marcondes e Álvares Machado, todos situados na área de influência direta de Presidente Prudente. Apesar de considerados centros locais, Álvares Machado e Presidente Bernardes contam com população urbana maior que 10 mil habitantes e grau de urbanização acima de 70%.

Na porção centro-sul da UGRHI, a situação de relações interurbanas é considerada mais frágil. Pirapozinho, situado na confluência da SP-425 e SP-272 pode ser considerado centro de 3.º escalão, enquanto Sandovalina, Tarabaí, Narandiba, Estrela do Norte e Mirante do Paranapanema, centros locais. Ao sudoeste, na faixa de recente ocupação, Teodoro Sampaio, outro centro de 3.º escalão polariza Rosana e Euclides da Cunha. Cabe dizer que, Rosana vem disputando espaço com Teodoro Sampaio em função de Primavera, vila da Cesp, com excelente infra-estrutura urbana, que nos últimos anos vem constituindo um novo mercado de trabalho.

De acordo com os elementos coletados diretamente na região, por ocasião das observações de campo realizadas para este relatório, pode-se destacar alguns aspectos quanto às perspectivas regionais de desenvolvimento.

A partir da implantação definitiva da hidrovía Tietê – Paraná, existe a possibilidade de se desencadear novas potencialidades regionais relacionadas à agroindústria, ao desenvolvimento industrial, ao sistema de armazenagem e ao turismo. Entretanto, tais potenciais deverão concentrar-se, quanto à localização dos maiores investimentos, junto aos centros regionais mais bem posicionados, no que diz respeito ao acesso hidroviário, principalmente Presidente Eptácio e Rosana.

Presidente Eptácio conta atualmente com um terminal intermodal de cargas defasado, mas em vias de renovação. Além disso, observa-se a presença de novos clubes, restaurantes, hotel e loteamentos de recreio ao longo do rio. Acredita-se que com o enchimento do reservatório de Primavera haverá uma dinamização do setor terciário naquele município.

Em Rosana, a situação é menos promissora, apesar do *marketing* já divulgado pela Prefeitura. Isso se deve, principalmente, em função das distâncias a serem percorridas e a existência de sérios conflitos sociais em torno da questão fundiária.

A construção das hidrelétricas no Pontal do Paranapanema modificou substancialmente a parte centro-sul da região, mas precisamente o município de Teodoro Sampaio, inclusive culminando na emancipação de Rosana e Euclides da

Cunha Paulista. Entretanto, Porto Primavera, a última das hidrelétricas, encontra-se em fase final de obras, esperando apenas autorização judicial para o enchimento do reservatório, o qual causará grande impacto ambiental. Este fato poderá contribuir para a redução populacional de Rosana e municípios vizinhos.

O futuro da vila Primavera encontra-se em fase de definições. Existe a possibilidade da Unesp implantar um campus de pesquisa avançada aproveitando parte da vila para apoio e moradia de funcionários, professores e alunos, porém nada definitivo.

Por outro lado, a indefinição jurídico - fundiária das terras da região, geradora de total insegurança de domínio, destaca-se com grande importância no conjunto de razões que contribuem para o quadro deprimido da região. De um lado, interfere nas decisões de investimentos privados e, de outro, contribui para o acirramento dos conflitos fundiários motivados pela presença de latifúndios pouco explorados e pelo significativo contingente de "desempregados" rurais. O processo da regularização fundiária da região constitui-se como um dos principais condicionante para o desenvolvimento regional da UGRH-22.

De 1985 a 1997 cerca de 45 assentamentos da população sem terra e reassentamentos da Cesp destinados a população ribeirinha foram implantados, fato este que tem originado novas formas de apropriação do espaço regional resultando, inclusive, no aumento da população rural na região, como foi analisado no item **1.3.2**.

Pequenos núcleos na área rural sito formados e depois transformados em bairros rurais, de ocupação de baixa renda. Apesar de toda a organização e atuação do Departamento de Assentamentos Fundiários do Estado - DAF para viabilizar os assentamentos rurais do Estado de São Paulo, existem muitas dificuldades a serem vencidas, tais como entrosamento entre os órgãos estaduais e entre as prefeituras envolvidas, falta de recursos, pouca cultura entre os beneficiários quanto à atuação em cooperativas.

A resolução desta problemática no Pontal do Paranapanema passa por questões que extrapolam a política estadual atingindo o nível nacional, tais como a possibilidade de se fazer Reforma Agrária no Brasil e um encaminhamento definitivo sobre a situação das terras devolutas no país.

### **1.3.5.2. Desenvolvimento urbano**

Quanto ao desenvolvimento urbano da UGRH-22, verifica-se que ele permanece mais intenso junto ao município de Presidente Prudente. De acordo com informações obtidas durante as visitas, o município de Presidente Prudente vem enfrentando sérios problemas relativos à sua intensa expansão urbana, que, em geral, se traduz na implantação de loteamentos de baixa renda sem infra-estrutura adequada. Principalmente na última década, a mancha urbana de Presidente Prudente expandiu-se continuamente em direção ao noroeste e sul.

Ao noroeste evidencia-se um início de conurbação com a área urbana do município de Álvares Machado, que inclusive, pela proximidade, é considerado dormitório do pólo prudentino. Na área sul, a ocupação ultrapassou a barreira representada pela rodovia Raposo Tavares e a implantação de loteamentos de baixa renda sem preocupação com questões de impacto ambiental comprometeu ainda mais a situação do rio Santo Anastácio, que se encontra totalmente assoreado. A leste e ao norte, a presença da ferrovia torna-se uma barreira física importante.

Para a prefeitura de Presidente Prudente, a expansão ao norte, em direção aos distritos de Eneida e Montalvão, é oportuna, uma vez que os terrenos situados a leste apresentam problemas legais. Entretanto, a presença de loteamentos de baixa renda sem infra estrutura, assim como a dificuldade de integração do centro prudentino através da ferrovia são questões a serem solucionadas.

Em relação aos investimentos locais, de natureza municipal, essencialmente no setor de melhorias de infra-estrutura, percebe-se que há preocupações no sentido de acelerar as melhorias no setor pavimentação de acessos internos, canalização de córregos, preparação e melhorias de áreas para assentamento habitacional e no setor de saneamento básico, através da extensão da rede de água esgoto e drenagem e com a construção da estação de tratamento de esgotos e de resíduos sólidos.

Além disso, percebeu-se como uma preocupação constante do Poder Público Municipal, o aperfeiçoamento e reciclagem dos recursos humanos do município e região que se dará através da implantação de um centro de treinamento e capacitação (em construção) com programas que envolvam a vocação regional, principalmente no tratamento do couro para exportação.

Cabe destacar a importância do processo de planejamento local e regional na Prefeitura Municipal de Presidente Prudente inclusive com a criação de uma assessoria especial sobre questões regionais e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Mencionou-se durante a entrevista, a intenção de se elaborar um plano estratégico de desenvolvimento tendo como objetivo principal a promoção do município, principalmente quanto à captação de novos investimentos.

Nos demais centros urbanos não foram evidenciados processos intensos de desenvolvimento. Em Presidente Venceslau, as perspectivas são reduzidas, devido ao encerramento de dois importantes frigoríficos, Kaiowá S. A. e Swift Indústria e Comércio Ltda., e um processo intenso de evasão populacional. Um dos principais programas da prefeitura desse município é o Proinf (Programa de Apoio a Agricultura Familiar), cujo objetivo principal é viabilizar comercialmente a agricultura familiar através da associação entre pequenos produtores que se comprometam ao plantio de cotas de culturas.

Em Presidente Epitácio, as perspectivas de desenvolvimento mais acentuado depende da finalização da hidrovía e da modernização do terminal intermodal de cargas.

### **1.3.5.3. Aspectos institucionais e de gerenciamento**

O primeiro ponto detectado refere-se à natureza da ação do Comitê, mais voltada à identificação e equacionamento de aspectos prioritários, no âmbito das questões ambientais e de aproveitamento dos recursos regionais.

Nesse sentido, o CBH-PP assume um posicionamento mais de fórum de explicitação e mediação de conflitos e de ordenamento técnico-político para as alternativas de atuação. Além disso, o Comitê vem assumindo um papel na promoção de formas de divulgação de técnicas e de alternativas para a promoção do desenvolvimento regional, para a proteção ambiental e a sustentabilidade do desenvolvimento. Isto tem se dado por meio de realização de eventos e da programação de boletim para divulgação pública de assuntos de interesse. A Semana da Água realizada em Presidente Prudente de 26 a 30 de Outubro de 1998 foi um dos grandes eventos deste ano.

Merece destaque a definição de critérios de avaliação e priorização de projetos a ser objeto de distribuição de recursos do FEHIDRO. O Comitê assumiu critérios técnicos, propostos pela câmara técnica, que devem pautar a apresentação de propostas e projetos, pelos tomadores de recursos.

O atendimento a esses critérios orienta a priorização dos projetos, para deliberação final pela plenária do Comitê. Entretanto, tais critérios são considerados ainda não definitivos, uma vez que foi contratado um diagnóstico físico ambiental e socioeconômico que deverá elencar os problemas prioritários regionais. Trata-se do “Zoneamento ecológico-econômico do Pontal do Paranapanema”, efetuado pela SMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente).

Atualmente, o combate e controle à erosão recebe maior pontuação, em seguida vem os pedidos relativos ao tratamento de esgotos, destinação final de resíduos sólidos, etc.

Vale registrar que as primeiras distribuições realizadas dos recursos do FEHIDRO (Seade, 1999), somaram as verbas destinadas em 1996 e 1997 (R\$ 179.700,00 em 1996 e 946.300,00, em 1997), abrangendo a solicitação de um projeto financiado e 16 projetos a fundo perdido, sendo:

- construção de Estação de Tratamento de Esgotos (financiado);
- 6 projetos para galerias de águas pluviais;
- 2 projetos para execução de microbacias em córregos;
- 1 projeto para controle de erosão de bacia e microbacias;
- 2 projetos Para melhorias de sistemas de abastecimento de água;
- 2 projetos de proteção de mananciais;
- 1 projeto de ampliação de viveiro de mudas;
- previsão de recurso para o diagnóstico de situação.

Para os recursos distribuídos no orçamento de 1998, os critérios já aprovados prevêm a priorização de ações voltadas ao controle da erosão rural e urbana, ao tratamento de esgoto e destinação final de resíduos sólidos, sendo destacado como principais problemas regionais.

Os recursos foram distribuídos para li projetos a fundo perdido, conforme elencado a seguir:

- 1 projeto de combate à erosão urbana;
- 3 projetos de galerias pluviais;
- 1 projetos para melhorias de sistemas de abastecimento de água;
- 1 projeto de rede coletora de esgotos e 1 para lagoa de estabilização de esgoto;
- 1 projeto para usina de reciclagem e compostagem de lixo;
- 1 projeto para sistema de drenagem de águas superficiais;
- 1 projeto de educação ambiental.

Cabe ressaltar que, apesar dos critérios adotados, percebe-se que a maioria das solicitações são de caráter pontual, não havendo uma priorização das questões mais abrangentes no âmbito regional.

Além disso, houve sensível redução na destinação dos recursos para 1998, cerca de R\$ 8.706.290,00, sendo que cada projeto recebe no máximo R\$ 70.000,00 com uma contrapartida de no mínimo R\$ 20.000,00.

Um aspecto importante observado nos diversos contatos estabelecidos na região, refere-se à necessidade de distribuir os recursos de maneira mais equilibrada, conforme a natureza do projeto, superar questões relativas ao relacionamento entre as diversas instâncias, principalmente no que tange a possibilitar uma melhor compreensão das questões de caráter regional.

Em síntese, a realização dos diversos potenciais de desenvolvimento apresentados nestas conclusões, bem como a superação de questões, problemas e entraves relacionados no relatório e confirmados pelas observações locais, estão em dependência direta da valorização de aspectos de integração de atividades, racionalização de recursos e procedimentos, educação e conscientização da sociedade em geral - instituições, órgãos governamentais e população.